



## **O DIÁLOGO DE SABERES E AS CULTURAS TRADICIONAIS: pesando sobre o manejo das unidades de conservação de uso sustentável**

Mario Alberto dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Os métodos de análise científica baseiam-se no absolutismo e na hierarquização dos saberes. Tal fato implica em privilegiar um olhar sob o qual as culturas tradicionais geralmente aparecem como objetos de estudo. Neste sentido o diálogo de saberes encontra inconveniências epistemológicas, pois, como dialogar saberes que coexistem numa relação de submissão e iniquidade? O conhecimento científico é tão somente um domínio cognitivo, uma possibilidade de criação humana, tal qual os saberes que compõem as culturas tradicionais. Pensa-se o manejo das UC's de uso sustentável a partir do diálogo, sobretudo por considerar todos sujeitos neste processo. Assim, busca-se analisar e refletir sobre possibilidades epistemológicas e filosóficas que viabilizem o diálogo e a equidade entre os saberes e as culturas.

**Palavras-chaves:** culturas tradicionais, diálogo, domínio cognitivo, unidades de conservação.

### ***Introdução***

O conhecimento científico é um domínio cognitivo que pertence a um domínio de experiência específico. Ao longo dos tempos e dos espaços de suas manifestações e materializações, o conhecimento científico estabeleceu uma inevitável relação com as incertezas e inquietações. Ora, os saberes é produto do pensamento e da imaginação humana, a espécie humana sempre se encantou com o mistério. A dúvida e a possibilidade do erro sempre estiveram presentes nas aventuras pelo universo do desconhecido. *“As explicações em geral, não substituem, e não se espera que substituam, as experiências que elas explicam”* (MATURANA, 2001, p.136). A complexidade e a universalidade do conhecimento científico estão ligadas a sua linguagem de representação e não a um suposto absolutismo aceito como característica intrínseca à própria filosofia do método científico.

A precisão ou a exatidão da palavra é, muito mais, uma reposta e uma adequação àquilo que se planeja representar, descrever, analisar ou criticar (...) Assim volta-se a palavra. Ela é o instrumento da interpretação e da comunicação, mas não é, em si, a interpretação e a comunicação. (HISSA, 2002, p.174).

---

<sup>1</sup> Geógrafo mestre pelo depto. de Geografia da Universidade Federal da Bahia. naturezageo@bol.com.br

A linguagem objetiva da ciência não pode ser confundida com a noção de precisão. O alcance da linguagem científica é restrito a um público que consegue decifrar uma simbologia própria de representação, faz-se assim inacessível a muitos que dela necessita. Sabe-se que a “democracia” brasileira não conseguiu fazer do conhecimento científico algo “popular” e visto como parte do cotidiano da vida de todos. Os conflitos ideológicos e de ego interferem e contribuem para a manutenção dessa relação esquizofrênica entre a sociedade civil e a comunidade acadêmica. Daí a necessidade de uma epistemologia e filosofia do diálogo.

Faz-se necessário esclarecer a noção de conhecimento aqui considerada. O diálogo entre o pensamento e a imaginação é intrínseco a toda criação humana, assim o é com o conhecimento. Teoria não é conhecimento, mas parte dele, conhecimento implica em ação, teoria não é uma chegada, mas sim um ponto de partida (MORIN, 2000). Todo domínio cognitivo pertence a um domínio de experiência, a construção dos saberes das culturas tradicionais, como acontece nas ciências, está ligado à mesma estrutura de um mesmo sistema vivo; a espécie humana (conhecimento e saberes aqui são sinônimos).

Além disso, a maneira pela qual nós seres humanos validamos de fato nossas ações na vida cotidiana, dentro de qualquer domínio operacional, envolve as mesmas coerências operacionais que o critério de validação das explicações científicas (MATURANA, 2001, p.139).

O positivismo considera a linguagem matemática universal (SPOSITO, 2004) e ao longo do século XX, a filosofia científica vem recebendo influências de ideais que evidenciam uma verdade única e justifica-se uma dúvida mística na análise da realidade (SILVA, 2004). Essa postura das ciências colabora para sugerir uma superioridade do saber científico frente a outros saberes construídos fora do domínio de experiência das ciências. Num tempo social que vangloria a alta tecnologia os saberes pertencentes às culturas tradicionais, um contexto considerado “primitivo” pela ausência das tecnologias e das técnicas do mundo moderno, são vistos como “atrasados” e incapazes de resolver problemas dos dias atuais. Não se trata de uma competição entre os saberes, mas sim de um diálogo que possa trazer benefícios a todos.

A urgência é fugir de descrições e análises superficiais que tratam as culturas apenas como objetos de estudo e evitam compreender as complexas explicações que apresentam e representam em seus domínios de experiências a sociodiversidade do Brasil. Tratar as culturas tradicionais como vitrine para o turismo ou folclore nacional somente nos priva de conhecer visões e posturas que trazem em suas essências o

respeito, a cooperação e a solidariedade. Saberes que são criados e recriados com imaginação, raciocínios lógicos, pensamento e íntima relação com o mundo em que vive. Conhecer o espaço e o contexto que o cerca é característica de todo e qualquer domínio cognitivo pertencente aos domínios de experiências das culturas tradicionais.

### ***Sobre cognição e experiências...***

A construção dos conhecimentos é aqui analisada a partir da noção de intencionalidade. Tal noção permite-nos “(...) *uma outra releitura crítica das relações entre objeto e ação. A intencionalidade é um traço fundamental do vivido em geral*” (SANTOS, 1996, p.72). A idéia de intencionalidade está presente em todos os momentos da vida humana. Nossas intenções, junto com nossas emoções, nos induzem e nos sugerem percorrer caminhos e tomar decisões...

Mas a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno. (SANTOS, 1996, p.73)

Essa relação mútua do sujeito e o mundo pode ser encarada como sendo um encontro onde todas as partes estão envolvidas de tal forma que não pode-se pensar tal encontro sem a presença de alguma das partes. Assim o é com o diálogo, separando as partes que o compõe está-se destruindo o diálogo. Num cotidiano de intenso e íntimo diálogo entre o sujeito e o espaço (mundo e espaço são considerados sinônimos) os saberes vão sendo construídos *na* e *a partir da* coletividade. A aceitação da cognição enquanto tal depende das relações e das ações serem adequadas ao domínio especificado.

(...) alegamos cognição em outros e em nós mesmos apenas quando aceitamos as ações dos outros ou nossas próprias ações como adequadas, por satisfazerem o critério particular de aceitabilidade que aceitamos como o que constitui uma ação adequada no domínio de ações envolvido na questão. (MATURANA, 2001, p.127).

Com a reflexão de MATURANA (2001) sobre ciência e cognição, definindo as ciências como domínio cognitivo que possibilita proposições explicativas de experiências baseadas em experiências vividas na vida cotidiana, pode-se tratar também os saberes tradicionais como proposições explicativas, portanto, cognição. As ciências

são uma atividade humana e como tal elas têm validade e significado similar a toda e qualquer atividade humana somente no contexto de coexistência de sua materialização.

Toda e qualquer explicação de alguma experiência ou fenômeno, inclusive as explicações científicas enquanto domínios cognitivos, só são aceitas como tal para aqueles que concordam com os critérios de validação, investigação e aceitabilidade. Elas são universais no domínio especificado pela aceitação correspondente (MATURANA, 2001). Essa universalidade não significa acesso privilegiado à realidade. Não existem visões distintas de uma mesma realidade, mas sim várias realidades e explicações possíveis, todas legítimas.

Há tantas realidades – todas diferentes, mas igualmente legítimas – quantos domínios de coerências operacionais explicativas, quantos modos de reformular a experiência, quantos domínios cognitivos pudermos trazer à mão (MATURANA, 2001, p.38).

Isso gera o respeito entre as “verdades” de cada um, descartando a tolerância. Com o respeito não se nega o outro; na amizade e na socialização espontânea e gratuita não há tolerância, mas sim o respeito.

Cada domínio cognitivo gera as explicações que lhe convêm. As coerências operacionais de cada domínio de experiências do observador que pretende explicar algo são tratadas como um domínio de constituição de experiências somente em seu domínio de existência (MATURANA, 2001). Isso significa que as explicações científicas somente são construídas dentro do domínio de experiências já explicadas pelas ciências. Não podemos explicar cientificamente o fenômeno, utilizando explicações que não pertencem ao universo científico. “*A explicação aceita torna-se uma experiência que pode ser usada como tal para outras explicações.*” (MATURANA, 2001, p.134). Nossos diferentes critérios utilizados para explicar, escutar e aceitar as explicações variam diversificando os domínios explicativos que coexistem em nossas vidas cotidianas. As ciências e os saberes tradicionais são domínios cognitivos que tentam explicar experiências e fenômenos da vida cotidiana do ser humano.

Os processos e domínios cognitivos das culturas tradicionais no Brasil, e suas relações com os resultados de todas as ações empreendidas *a partir do* e *para o* conhecimento constituem um aspecto da sociodiversidade miscigenada que caracteriza todos os encontros das diversas culturas que permeiam o imaginário, o pensamento e as ações das comunidades humanas brasileiras.

### ***Sobre culturas e saberes tradicionais...***

Menos do que tentar definir a expressão “culturas e/ou populações tradicionais” e mais preocupados em dar um sentido que esclareça a quais grupos sociais refere-se ao utilizar tal expressão, faz-se necessário um esclarecimento prévio.

O termo tradicional não se refere à necessidade de manter algo antigo, estático e/ou inerte ao tempo. Toda a criação humana (ciências, artes, saberes tradicionais, as cidades) se constitui na possibilidade eterna do novo, com a inevitável conservação do velho. “*O devir histórico de qualquer sociedade é sempre o resultado desses dois processos: conservação e variação*” (MATURANA, 1997, p.201). As ciências são também uma tradição e nem por isso ela é estática. O saber tradicional não significa um saber “parado no tempo”.

Populações e culturas tradicionais são termos criados dentro das academias, e não pelos grupos sociais a que se referem, portanto, não podem ser definidos de forma única e absoluta e tão pouco implica em algo imutável. Toda discussão sobre não ser possível um conhecimento absoluto e definitivo das coisas e fenômenos aplica-se no caso das diversas tentativas de definições do que vem a ser “populações e culturas tradicionais”. Numa proposta que prevê o diálogo como característica essencial das relações entre os domínios cognitivos, o absolutismo e a verdade unívoca são fundamentalmente dispensáveis.

A expressão grupos sociais tradicionais não refere-se a um lugar específico ou a um tipo apenas de grupo social, comumente considerado “primitivo”. Pelo contrário, os grupos sociais tradicionais têm uma relação muito específica com o espaço e com a vida. A intimidade e a afetividade para com o ambiente natural, aliadas à observação e a experiência, traduz modos de vida que coexistem com o misticismo e com o imaginário, presentes na construção e na re-construção dos saberes e dos processos de socialização de todo grupo social-cultural.

Os grupos sociais tradicionais têm seu dinamismo e tempos próprios; cabe a comunidade acadêmica aceitar a legitimidade dos saberes desses grupos e trabalhar com as possibilidades que a aceitação, seguida da dialogicidade, pode propiciar. Observação, oralidade, experiência íntima e mítica com o espaço vivido e relações de trabalho são materializadas em círculos familiares e de amizade. A capacidade de aprender com a

própria vivência advêm de nossas experiências *do* e *no* espaço. A observação não é um simples ato de ver, restrito a um único órgão sensorial. A observação acontece no observar,

Observar é o que nós, observadores, fazemos ao distinguir na linguagem os diferentes tipos de entidades que trazemos à mão como objetos de nossas descrições, explicações e reflexões no curso de nossa participação nas diferentes conversações em que estamos envolvidos no decorrer de nossas vidas cotidianas, independentemente do domínio operacional em que acontecem. (MATURANA, 2001, p.126).

Deve-se lembrar que as formas e conteúdos que nos permitem evidenciar similaridades entre as populações tradicionais, classificando-as, não são idênticas, quantitativa e qualitativamente falando. Tais similaridades, marcadas por diferenças, estão presentes no trabalho, com suas relações materiais e imateriais, e na construção dos saberes que sustentam esse trabalho. As práticas tradicionais de extrativismo (animal e vegetal) e agricultura feitas artesanalmente entre familiares e amigos não se resumem a um emaranhado de técnicas de baixa tecnologia, mas permitem aos grupos sociais tradicionais desenvolverem um profundo e íntimo conhecimento sobre o espaço em que vivem.

Pensar as culturas de forma integrada, dialogando-se entre si e infiltrando-se no universo dos saberes construídos, têm-se um agradável e proveitoso encontro com domínios de experiências diversas que criam domínios cognitivos contextualizados. Percebe-se a ausência da habitual tendência fragmentadora presente nas ciências modernas.

Na proposta de diálogo entre os saberes deve-se pensar numa epistemologia que trate a contextualização e a concepção sistêmica da vida como princípios filosóficos essenciais: *“Todo e qualquer organismo – desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela imensa variedade de plantas e animais – é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo”* (CAPRA, 1982, p.260). A filosofia da ecologia profunda nos permite a equidade no pensar sobre a vida. O grande risco dessa reflexão é cair nas armadilhas das ideologias e se perder num emaranhado de palavras que sugerem a intolerância e a verdade absoluta de alguma explicação sobre outra.

A vida aqui considerada são todos os sistemas vivos existentes que compõem todos os ecossistemas da Terra. O termo “ecologia” está aqui empregado no sentido mais amplo e mais profundo que o usual. Reconhece-se assim a interdependência

fundamental de todos os fenômenos. E os seres humanos enquanto indivíduos e sociedade estão todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (CAPRA, 2006).

As expressões “holístico” e “ecológico” são bastante utilizadas em trabalhos que seguem os princípios filosóficos aqui presentes. No entanto, no caso dessas reflexões o termo “holístico” nos é menos apropriado que o termo “ecológico”:

A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. (CAPRA, 2006, p.26).

A preocupação em esclarecer tais aspectos de nossas reflexões faz-se, pois, em pesquisas anteriores observou-se que saberes tradicionais são construídos levando em consideração todo o dinamismo natural do entorno. As relações entre as diversas manifestações de vida dos ecossistemas, incluindo aí a socialização humana, estão presentes nas ações empreendidas com os conhecimentos coletivamente construídos.

### *Manejo das unidades de conservação de uso sustentável*

Desde o ano de 2000 o Brasil conta com uma lei federal (lei 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidade de Conservação –SUNC) que estabeleceu em diretrizes e princípios transformações na essência da legislação de preservação da natureza no país. Com a criação do SNUC o uso social da natureza passa a ter instrumentos legais de legitimidade. Neste sentido, as culturas tradicionais passam de atores e muitas vezes “culpados”, por suas próprias características e valores, a agentes no processo de manejo da conservação da natureza no Brasil.

O caráter conservacionista da lei - que consiste em aceitar e aproveitar-se da sociodiversidade e seus saberes sobre o ambiente natural na proteção e no uso desse mesmo ambiente natural – permite às estratégias de planejamento e gestão de áreas protegidas se nutrirem dos subsídios teóricos das filosofias fenomenológicas e da filosofia da ecologia profunda.

No caso das fenomenologias, a afetividade para com o espaço vivido, construindo cotidianamente lugares de afeto e segurança, tem-se nas culturas tradicionais e nas relações estabelecidas entre o ser humano e o mundo um continuum experiencial que coloca a imaginação e o pensamento como instrumentos de “acesso” a

este mesmo mundo. A realidade da vida não está presente somente nas materialidades e no pensamento racional e objetivado. A imaginação e os sentimentos são também componentes desta mesma realidade.

Os saberes das culturas tradicionais convivem facilmente com o universo mítico e imaginário presentes nas criações humanas. Fala-se sobre os saberes tradicionais e a tentativa de construir um diálogo entre diferentes domínios cognitivos, pois, com a criação do SNUC a dialogicidade no manejo das UC's de uso sustentável faz-se necessário.

Enquanto as fenomenologias nos permitem aproveitar-se de aspectos não objetivos e não absolutistas que compõem os conhecimentos, a filosofia da ecologia profunda evidencia a equidade necessária às relações entre os seres humanos e os outros sistemas vivos que compõem todos os ecossistemas.

A noção de manejo comunitário dos recursos naturais implica em considerar a autonomia das pessoas envolvidas e com isso respeitar os saberes que há anos permeiam a vida das culturas tradicionais. Num período anterior a existência do SNUC as áreas protegidas no Brasil necessariamente desrespeitava toda a sociodiversidade do país, pois, as comunidades humanas que eventualmente habitavam as áreas que se pretendia proteger eram deslocadas e não incluídas no processo de delimitação da área e nem tão pouco no manejo que definiria o uso dessa mesma área.

A importância de todos os sistemas vivos é considerada dentro de um sistema hierárquico comum a socialização humana, no entanto, essa hierarquização retira dos sistemas vivos sua essencialidade ao conjunto da vida. As comunidades de produção rural familiar dependem da boa qualidade do solo para sua atividade e a boa qualidade do solo depende de uma série de fatores que são definidos nas práticas cotidianas. Ao mesmo tempo em que a não utilização de agrotóxicos protege a qualidade do solo, protege também a qualidade dos alimentos produzidos, saúde de quem irá consumir esses alimentos e as pessoas que manuseiam os agrotóxicos na lavoura. E como a fabricação desses produtos acarreta em impactos negativos ao dinamismo da vida a diminuição ou eliminação de seu uso irá provocar benefícios a todos os sistemas vivos influenciados. A partir da concepção sistêmica da vida os chamados prejuízos e/ou passivos ambientais não são locais e não se restringe à uma única espécie da fauna e/ou flora ou a um único grupo social-cultural.

## *Considerações finais*

Os desafios colocados neste artigo estão intimamente ligados ao universo das relações sociais e políticas dos seres humanos. Um dos problemas evidenciados relaciona-se especificamente com a construção do conhecimento pela ciência moderna: um período de transformações e rupturas epistemológicas que resultaram num excessivo e inconseqüente afunilamento dos saberes, uma alta especialização e a subordinação de todos os saberes em relação às ciências. A ruptura entre razão e emoção nos leva a um distanciamento em relação às construções humanas que admitem os “vãos imaginativos” em suas constituições. Assim faz-se das artes, da filosofia e dos saberes tradicionais criações distintas e muitas vezes consideradas “inferiores” às ciências.

Uma premissa fundamental das ciências modernas é considerar a realidade independente do observador. Isso faria da realidade um fenômeno unívoco e das ciências um instrumento de acesso privilegiado a ela. Essa premissa atribui às ciências a possibilidade de alcançar a verdade absoluta das coisas e fenômenos do mundo. A subversão dessa premissa fundamental da ciência moderna é um dos pontos de partida de nossas reflexões e análises. Não considerar a realidade única e nem tão pouco acessível a um único tipo de domínio cognitivo: as ciências. A ruptura entre razão e emoção, pensamento e imaginação também separam objeto e sujeito; desta relação nasce a subordinação do objeto em relação ao sujeito. Isso não pode ser; toda criação humana implica na nomeação das coisas e dos seres e essa nomeação é uma construção interna. Nossas concepções de mundo nascem de nossas experiências com o mundo e não é, portanto um dado pronto e pertencente ao mundo. Mundo e consciência de mundo nascem simultaneamente num processo de construção do sujeito observador.

O diálogo de saberes reflete o sentido e a legitimidade de todos os domínios cognitivos em seus diversos domínios de experiências. O discurso da objetividade científica, idealizada pelos percussores da ciência moderna, nos impede de contemplar realizações urgentes relacionadas à diversificação de políticas públicas, contemplação da sociodiversidade, o fim da meritocracia e a aceitação do erro nas ciências. O direito de equivocarse e o direito de mudar de opinião devem ser incluídos na conduta dos governantes brasileiros. Não precisamos insistir em princípios e valores que nos condenam ao “subdesenvolvimento” e são defendidos e teorizados por parcela da comunidade acadêmica que ajuda a fundamentar e justificar o modelo perverso de

organização social e política do capitalismo neoliberal. Acreditar na possibilidade de outros caminhos nos leva a acreditar nas possibilidades de outros sonhos também...

### ***Referências bibliográficas***

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** Álvaro Cabral (trad) São Paulo: Ed.Cultrix, 1982.

\_\_\_\_\_. **A teia da vida.** Newton Roberval Eicheberg (trad) São Paulo: Ed.Cultrix, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade.** Belo Horizonte: EDUFMG/Humanitas, 2002.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Cristina Magro e Victor Paredes (orgs). Belo Horizonte: Ed.UFMG/HUMANITAS, 2001.

\_\_\_\_\_. **A ontologia da realidade.** Cristina Magro; Miriam Graciano e Nelson Vaz (org's) Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Lenyra Rique da. **Do senso-comum à geografia científica.** São Paulo: Contexto, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Ed.UNESP, 2004.